

Mais Vozes que Nozes

Congresso

O Congresso já recuperou parte de sua dignidade de política mas os congressistas novos precisam tomar consciência da natureza de sua função institucional, para que nela se reintegrem plenamente as Casas parlamentares. Se o Senado reflete consideravelmente, neste sentido, as luzes filtradas através da *abertura democrática*, na Câmara os deputados continuam a manifestar a tendência para levá-la a dar de si, como nos anos do AI-5, mais vozes do que nozes.

De certo modo é compreensível, e até inevitável, que à grande renovação operada pelas eleições de 82 não correspondesse desde logo uma alteração de comportamento. O equívoco de confundir parlamentos com parlatórios não se verifica ao acaso neste começo de legislatura. Até que o eleitorado reconhecesse a necessidade de substituir a maioria de seus representantes, não havia praticamente o que fazer entre eles senão falar; e era um falar assustado entre o dever de comunicação com o povo, de que os mandatários estavam até 79 afastados pela cortina de sombra da anti-Constituição, e o cuidado em não cometer excesso de palavra para evitar a eliminação do orador pela cassação do mandato.

Tendo desaparecido a necessidade dessa autovigilância, pelo desaparecimento do perigo, ficou a noção generalizada de que a corrida à tribuna continua a ser um dever irrenunciável, agora gerado também pela ânsia de aparecer como eficiente perante o eleitorado distante. É certamente esse tipo de sentimento que impulsiona os deputados de primeira viagem a uma disputa, palmo a palmo, do terreno que separa a cadeira de cada um do alto lugar onde cada um quer chegar para se mostrar a seu Estado e a seu município com algo correspondente ao sugestivo "Alô, mamãe" que se projetou como uma espécie de logotipo sonoro desta primeira sessão legislativa.

Localizada no sertão goiano, a Câmara é alcançada em primeira viagem por um número consideravelmente grande de políticos estaduais e municipais que encontram em Brasília, e no próprio conjunto artisticamente monumental do edifício do Congresso, espaços propícios a uma ligação psicológica fácil entre a Capital e a comarca do parlamentar estreante neste nível; entre a consciência da altitude política do Parlamento e a parlenda familiar da vereança.

O tema é sério e deve ser meditado sem apelo ao pitoresco das filas nas quais os deputados novos estão varando madrugadas mensais para a inscrição na lista de oradores. Já não existe o AI-5, é verdade confortante; mas persiste entre os parlamentares a sensação de que fazer um discurso comprido é o modo único, perfeito e acabado, de exercer o mandato.

Na medida em que avançem na legislatura, vão verificar que não é bem esta sua função, a qual se integra na realidade por uma gama variada de componentes políticos e psicológicos, cabendo incluir, é claro, o discurso quando necessário. Mas nem sempre é necessário o discurso. Em todos os Parlamentos existe, ao contrário, a convicção de que é prudente não ir à tribuna senão quando aí, para algum parlamentar eventualmente impelido pelos acontecimentos, se localiza o centro irradiador dos debates em torno dos grandes problemas nacionais.

O debate, sim, é indispensável como forma de contribuição dos órgãos da representação política por excelência à solução das crises ou encaminhamento adequado das questões de fundo e de peso, antes que se configurem como geradoras de crise. E desse debate participam quantos integram as Casas legislativas, desde os poucos que passam pela tribuna, no plenário, aos que aí mesmo interferem com apártex pertinentes aos oradores, até (por vezes principalmente) os que mourem nas comissões permanentes e especiais, estudando e discutindo problemas, propondo para eles soluções técnicas adequadas, elaborando pareceres e relatórios; e redigindo — quando é o caso — textos normativos destinados a atualizar as leis que deixaram de responder ao apelo das prerrogativas da cidadania.

Entre nós, algumas das maiores figuras da Câmara pouco se exibiam nas cadeiras do plenário e raramente falavam. Eram os preciosos "deputados de comissão", dentre os quais se podem citar vultos da estatura de um Milton Campos, um Agamemnon Magalhães, um Alberto Deodato; um Muarício Joppert. Havia os que ficavam famosos pela participação ativa nos debates, mas preferentemente por meio de apartes. Entre estes bastaria citar Flores da Cunha e José Bonifácio. Era natural ver sentados em suas cadeiras, atento e silencioso, um ex-Presidente da República: Artur Bernardes; um grande orador como Otávio ou João Mangabeira, que, dosavam os discursos com os quais — de quando em quando — lotavam as galerias.

Mesmo no aceso da crise do último Governo Vargas, Afonso Arinos usava parcimoniosamente as prerrogativas da liderança porque sabia, como parlamentar, político e historiador, que o povo representado na Câmara exige dela mais nozes do que vozes.

O Congresso não tem culpa de haver perdido a memória de seu papel e a consciência exata de sua função. Coube ao Executivo nulificá-lo, pondo-o à margem da vida política e por isso mais preocupado em falar do que em fazê-lo, na medida de suas forças, agir com acerto e bem governar.